MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

BIBLIOTECA PARTICULAR DE MARIO VIANNA

O BARÃO DO RIO BRANCO E A INTEGRIDADE DO BRASIL

Arthur Cezar Ferreira Reis

SEPARATA N.º 1 DE CULTURA N.º 23

Colaboração do Conselho Federal de Cultura
ao "CONCURSO SERVIÇO MILITAR/1969"

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

O BARÃO DO RIO BRANCO
E
A INTEGRIDADE DO BRASIL

Arthur Cezar Ferreira Reis

SEPARATA N.º 1 DE CULTURA N.º 23

Colaboração do Conselho Federal de Cultura
ao "CONCURSO SERVIÇO MILITAR/1969"

AmM
0167

O BARÃO DO RIO BRANCO E A INTEGRIDADE DO BRASIL

Arthur Cezar Ferreira Reis

Estava encerrada, em 1902, com o início do govêrno Rodrigues Alves, a fase dramática da primeira República. Floriano defendera-a valentemente contra o sebastianismo monárquico e a inquietação partidária de adversários. Prudente de Morais consolidara, com a ordem civil, a ordem coletiva, pondo têrmo aos pruridos militaristas e à desarmonia da família brasileira. Campos Sales, enfrentando a impopularidade de uma administração de mão forte para conter a desordem financeira, criara as condições necessárias ao desenvolvimento normal do país ou à sua dinamização imediata. Havia, assim, uma seqüência útil nos três governos por que a vida republicana se afirmava, prefácio para a tarefa de nôvo estilo de vida que o Brasil precisava experimentar. O binômio café e borracha garantia o lastro para as reformas que se pretendessem. Conquistara-se um vasto "hinterland", criara-se uma nova fronteira interior e exterior, com os dois produtos. Rodrigues Alves vinha disposto a empreender as reformas que o país desejava. O Império fôra uma constante antidinâmica. A República desejava agora ser a constante dinâmica. O "ensilhamento", com todo o desregramento que provocara, dera um sinal dêsse estado de espírito desenvolvimentista que não desaparecera com a política financeira de Joaquim Martinho e o rigorismo das medidas de Campos Sales e agora encontrava perspectivas para desenvolver-se e assegurar a nova fase.

Os problemas brasileiros não se confinavam, no entanto, a êsse quadro de fundo econômico ou a essa estabilidade política. A nossa participação no convívio internacional já começava a criar-nos responsabilidades maiores, que exigiam uma diretriz a ser fixada dentro dos mesmos propósitos de impulsionamento dos outros ângulos da problemática. Ademais, o convívio internacional não se operava mais, apenas e fundamentalmente, na boa vizinhança, nas alianças políticas. Vivia-se, então, num mundo movimentado pela competição de mer-

cados, pela expansão dos capitais, que buscavam áreas para investir-se, proporcionando lucros, e para criar bem-estar a grupos financeiros e a coletividades que se beneficiavam insensìvelmente dêsse estado de coisas. O que chamamos de imperialismo, realizado pela interferência dos capitais europeus e norte-americanos, no Oriente, na África e na América ibérica, ou pela expansão de povos que buscassem terras para instalar seus excedentes demográficos, empobrecidos e angustiados, o que chamamos de imperialismo político ou econômico, servindo à ufânia de povos que se disputavam o primado da condução dos outros povos, que êles entendessem sem as condições para um destino de comando, ou de grandeza, era uma realidade que devia ser devidamente considerada.

Rodrigues Alves chegava ao govêrno em época, portanto, em que nossa política externa não podia limitar-se mais ao simples convívio amistoso. Impunha cautela, vigilância, preparação constante para evitar as surprêsas da concorrência dos mercados. O Brasil se defrontava, ademais, com graves questões de limites, que não intranqüilizavam apenas a nação, mas estavam revolvendo um passado que a República pensara em sepultar, aquêle de nossa atuação em espaços sôbre que os vizinhos alegavam títulos jurídicos de posse ou de domínio, contestando-nos o direito de permanência.

Voltavam os dias tempestuosos do Segundo Reinado, quando as questões platinas tinham autorizado a acusação de que servíamos, não aos sentimentos do mais puro americanismo, ou da boa vizinhança, mas aos de um apetite insofrido que herdáramos de nossos antepassados da Península e que enriquecíamos com uma ação impetuosa, decisiva e autoritária. Éramos, na literatura que se escrevia a propósito, na América espanhola, um país imperialista, de poucos escrúpulos, que se desenvolvia com o sacrifício territorial das repúblicas saídas do império espanhol. A desconfiança e a restrição que nos cercavam sob a Monarquia, recompunham-se perigosamente. Rodrigues Alves desejava, por isso mesmo, que no conjunto de diretrizes de seu govêrno, a política externa estivesse em plano alto. Impunha-se, em conseqüência, o homem capaz de realizá-la, sem negar o passado, mas exercendo-a de maneira a torná-la atual e em têrmos capazes de manter o Brasil na posição de prestígio que não comprometesse o futuro, sendo, assim, realística, como seriam as demais práticas que desejava inaugurar.

A política externa do Brasil, é certo, dispunha, nas suas raízes coloniais, de um manancial de experiências que devia ser aproveitado, encontrando-se nêle a lição que servisse para

conduzir com êxito a nova orientação. Era preciso dirimir os conflitos de limites e projetar o Brasil na nova comunhão continental, marcada pelo choque dos interêsses econômicos. Essas raízes aprofundavam-se por três séculos e eram uma emprêsa de inteligência, de sabedoria, de habilidade, dos homens a que Portugal confiara os seus problemas ultramarinos no campo diplomático. Desde Tordesilhas, essa diplomacia conhecera sucesso. Tirara do nada, o Brasil, para Portugal. Nos séculos XVII e XVIII, preservara-o e lhe defendera o crescimento. Se êsse resultara da ofensiva sôbre a área interior, como façanha do sertanista, do missionário, do soldado, dos próprios servidores civis do Estado e dos colonos criadores de riqueza e de uma sociedade em elaboração dinâmica, nem por tal poderíamos ignorar que sua legitimação constituíra uma realização feliz da diplomacia que obtivera os triunfos espetaculares de reconhecimento, por parte da Espanha e da França, da lusitanidade daquêle mundo imenso que dava base física ao Brasil nascente.

Na antiga Secretaria de Estados das Relações Exteriores, não se interrompera a grande tradição, recolhida e continuada com largueza de movimentos. No momento em que Rodrigues Alves subia ao poder, essa orientação, porém, como que perdera ímpeto, permitindo a impressão de que ia ser abandonada, para uma acomodação com os interêsses estranhos, portanto uma acomodação que brigava com o passado, não apenas o distante, mas o recente também. Rodrigues Alves buscou o homem providencial para a conjuntura. Êsse homem foi José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco. Um político na pasta? Um diplomata de carreira? Alguém que viesse obedecer, sem concepção própria, a uma diretriz traçada por outros?

Rio Branco trazia o tirocínio de uma carreira bem vivida e de uma lição que não podia ignorar ou negar. Cursara, com real aproveitamento, notas distintas, excepcionais mesmo, um grande Instituto Rio Branco — o lar paterno, onde aprendera a lição diária, ouvindo e vendo como se fazia diplomacia, como se ganhava nos conflitos internacionais, como se aprimoravam espíritos, como se quebravam resistências, como se dava conteúdo a uma nova ordem, capaz de evitar o futuro perigoso. Êsse lar presidia-o a figura impoluta de seu pai, o primeiro Rio Branco, o Visconde que foi, êle só, a história do Brasil durante longo trecho, justamente aquêle dos mais difíceis problemas de nossa presença no Prata, e quando falamos em presença brasileira no Prata, estamos raciocinando em têrmos de nossa mais viva ação diplomática, processada, desde o ciclo português, sem interrupção e com uma riqueza de episódios que não encontra-

mos nas outras páginas de nossa história internacional. A aprendizagem, fizera-a na experiência a que assistia e de que era participante também. Acrescera-a nos postos a que fôra chamado — Secretário de Missão ao Rio da Prata, Cônsul em Liverpool, Delegado do Brasil à Exposição de S. Petesburgo, Advogado do Brasil na questão de limites com a Argentina e com a França (Questão de Palmas e do Amapá), Ministro em Berlim.

A questão de Palmas, impròpriamente chamada das Missões, como a do Oiapoc, arrastara-se desde os idos coloniais. Espanhóis e seus descendentes, como francêses, vinham contestando aos portuguêses e a nós, como resultantes dêstes, o direito de possuirmos, no extremo oeste e no extremo norte, certas áreas que eram a conseqüência, senão de um descobrimento inconteste, pelo menos de uma exploração e de uma posse ininterrupta, seculares.

O diploma tordesilhana, sempre alegado pelos espanhóis, fôra superado pela realidade criada pelo colono, ignorante das questões diplomáticas e a realizar uma geografia política nova através da expansão constante, uso e gôzo da terra e criação de bens materiais visíveis e de que se orgulhava. Tôda uma economia nova, que elaborava dia a dia de seu esfôrço genésico, dava substância à emprêsa colonial, que os sertanistas não encerravam e muitas vêzes resultara de uma política de Estado, Essa política não era sempre uma antecipação à atividade do sertanista, mas era uma legitimação. No particular dos conflitos no norte, a operação não se mostrava menos interessante. Encerrada a expansão pela costa em demanda da bacia amazônica, os luso-brasileiros não se haviam satisfeito com o encontro do grande rio e o estabelecimento de uma primeira posição, o fortim do Presépio, a cuja sombra se foi criando a cidade de Belém. A região interior, como a costa em direção ao Oiapoc, estava em mãos de inglêses, holandêses e francêses, êstes contidos no que é hoje a sua Guiana. Era preciso expulsá-los. A expulsão ocorreu. Foram cêrca de 30 anos de guerra. Os francêses não abandonaram o propósito imperial. Os choques, constantes. E se alongaram pelo tempo a fora, provocando, como no episódio de Palmas, com a Argentina, marchas e contra-marchas dos diplomatas das nações interessadas nos dois pleitos.

Os pleitos de limites constituiam, aliás, por tôdas as Américas, uma grande preocupação nacional. Alcançada a independência, nenhuma das nações, que emergiam do sistema colonial europeu, possuia definidos, irretorquìvelmente, os seus

extremos territoriais. Os incidentes sucediam-se. Escreveram-se muitos milhares de páginas no debate infindável. Todos se julgavam, á luz dos textos coloniais, os cedulários régios, os tratados indecisos, com razões meridianas. Os arquivos eram vasculhados, provocando o aparecimento de uma literatura interessantíssima que é fonte preciosa para a grande história da ocupação do espaço americano e sua integração no dinamismo da vida colonial e pós-colonial. Rio Branco, nas duas questões, saiu vencedor. Sua ótima formação técnica, adquirida no ensino da história pátria e o complemento necessário da geografia, ensino que professa no Imperial Colégio de Pedro Segundo, a paixão dos documentos, essencial em quem tem encargos dessa espécie, a intuição admirável dos sucessos, que o historiador, sem ser um imagionoso, deve possuir na mais alta dose, compunham preciosos atributos que lhe valiam fundamentalmente para os resultados que alcançou e o consagraram como um eleito do povo brasileiro. As vitórias, é certo, não refletiam apenas a habilidade do historiador e sim do advogado, porque Rio Branco, devo dizer-vos, a bem da verdade, foi, antes de tudo, um grande advogado, que soube avivar e reavivar os dados de que dispunha para a comprovação dos textos que defendia, e na arrumação dêsses dados atuar, não como o historiador, mas, com os elementos proporcionados ao advogado, pelo historiador, como advogado que usava o que convinha e levava ao raciocínio lógico, natural, quase rotineiro, em têrmos de aceitação do que afirmava. Essa a sua grande tarefa, que se pode comprovar fàcilmente no exame sereno do imenso documentário com que trabalhou para as memórias apresentadas ao chefe do Govêrno suíço e ao chefe do govêrno norte-americano.

Rio Branco, convocado para a direção da pasta do exterior, era, assim, o homem providencial em quem a nação acreditava. Passara a euforia dos primeiros tempos da República e a desconfiança começava a enraizar-se na consciência coletiva. Os estadistas da República apresentavam os mesmos defeitos dos estadistas da monarquia. A descrença no que podiam ou deviam promover, visando ao bem-estar nacional, constituíra lugar comum nos comentários de imprensa e nas reflexões populares. Rio Branco, com as duas vitórias espetaculares nos pleitos com a Argentina e a França, conquistara ou monopolizara mesmo a confiança nacional. Aos olhos do povo brasileiro, ninguém correspondia á magia de sua presença. O que seria mais tarde Ruy, no sentimento popular, era agora Rio Branco.

Rio Branco hesitou, ante o convite presidencial. Estava fora do Brasil há longos anos. Não possuia o contato necessário com seus homens públicos. Não conhecia pessoalmente o presidente. Prejudicara-se, também, com a ausência prolongada, na visão das coisas internas e das reações que explicavam os brasileiros de agora. As reformas que sonhara para o Itamaraty, poderia efetivá-las? Haveria clima para as mudanças que desejava? O Itamaraty era, ao tempo, uma casa pobre. Seu aparelhamento burocrático, escasso — 27 funcionários para todo o serviço da Secretaria. O orçamento de que dispunha, o menor de tôda a União. No exterior, os ministros brasileiros não dispunham de recursos se não para manter-se com uma dignidade bastante severa. Os processos em uso estavam a ser ultrapassados pelos tempos novos de um mundo que se transformava com rapidez, e exigia que as relações internacionais se processassem dentro de técnicas também renovadas — o campo econômico da diplomacia começava a ser explorado com sucesso. E os países que já adotavam tal técnica, para o intercâmbio de mercadorias, de capitais e da seiva do imigrante, tomavam a dianteira. O Brasil precisava integrar-se nêsse estado de atividades. Rio Branco sentia-lhe a conveniência e, mais que isso, a urgência. Já se dirigira ao Presidente a respeito, confiando-lhe seus pontos de vista — reforma, inclusive no que dizia respeito aos vencimentos do pessoal. O caso do Acre, mais uma questão grave com que teria de se defrontar, emocionando a opinião nacional e movimentando a dos países americanos, poderia ser resolvida com o mesmo sucesso dos casos de Palmas e Oiapoque? Suas razões não foram aceitas.

A chegada ao Rio de Janeiro deu-lhe a cobertura de que carecia para a política que imaginava promover. A recepção popular constituiu a melhor demonstração, que poderia receber, de apoio, de como se impuzera à confiança nacional, e de como se lhe abria grande crédito para as operações que entendesse necessárias.

O caso do Acre exigia ação imediatista. Valeria, o que fizesse, como prova de sua política na pasta. A nação, por seus jornais, por suas melhores inteligências, por muitos de seus homens públicos, por suas instituições científicas, pelo interêsse demonstrado por tôda parte no seio das multidões, na capital e no interior, aguardava uma atitude enérgica. Combatia-se no Acre. Os brasileiros que haviam desbravado a região, no "rush" da borracha, incorporando ao futuro econômico da nação um produto que lhe valia intensamente para o intercâmbio com o exterior, não se conformavam com a decisão

oficial, que a reconhecia como parte integrante da Bolívia. Na ingenuidade de sua concepção, aquêles brasileiros estariam tomados de uma consciência cívica altamente exaltada, que só encontrava, na solução das armas, a solução que os governantes não estariam encontrando.

A essa altura, a Bolívia, ante a tremenda dificuldade para manter a soberania, uma vez que as populações brasileiras, e essas populações eram as únicas ali existentes, como apuraram as autoridades bolivianas, não a aceitavam, indiferentes aos manejos diplomáticos que lhes desconhecera a presença e a atividade criadora, contratou, com um organismo estrangeiro, o "Bolivian Sindicate", que se constituíra nos Estados Unidos, com capitais norte-americanos e britânicos, a ocupação e a exploração do território. A manobra fôra descoberta e denunciada pelas autoridades amazonenses. O govêrno federal mostrara-se insensível á denúncia.

Agora, verificara-se-lhe o fundamento, e com o fundamento, o perigo a que ficava exposta tôda a Amazônia, cujas condições de primarismo, de rarefação populacional e possibilidades em matérias-primas para os parques industriais externos poderiam despertar um interêsse perigoso. A cobiça vinha de longe. Tôda uma longa história escrevia-se com o objetivo da posse da região, sôbre que as expedições científicas, como ocorria na África, sucediam-se numa indagação suspeita e incessante. O "Bolivian Sindicate" era, na Amazônia, uma experiência que escondia perigos infinitos. Renovava as companhias de carta, de que francêses e inglêses se haviam utilizado, entre os séculos XVI e XVIII, para implantar as respectivas soberanias na América, na África e na Ásia. Os portuguêses não haviam estado ausentes da experiência. Suas companhias de comércio, no Brasil, visavam, não a criação de soberania, mas o impulsionamento das economias regionais do Império. Nos séculos XIX e XX, ressuscitadas, revigoradas, tinham sido postas a serviço da expansão político-mercantil dessas mesmas potências, em particular a Inglaerra. Os resultados mostravam-se animadores. Felix Aramayo, um boliviano que acreditava na fôrça propulsora do capital internacional, imaginara o Sindicato para que o Acre pudesse constituir parcela útil, do ponto de vista de sua contribuição para o progresso econômico da Bolívia.

O "Bolivian Sindicate", na concessão que obtivera do govêrno de La Paz, não se reduzia ao papel de propulsor do desenvolvimento econômico financeiro do Acre para a Bolívia. Ia além, muito além. Porque, por ela, o Sindicato passara a

exercer o império político, como se fôsse um Estado dentro do Estado. Com o agravante de criar problemas relacionados com a segurança brasileira nas áreas por onde os barcos mercantes e de guerra do Sindicato tivessem de passar. O acesso ao Acre só era possível pelos caminhos que o Brasil mantivesse. Ora, o problema dêsse acesso vinculava-se ao da livre navegação, que, no século XIX, inquietara a nação e nos levara a um dos incidentes mais delicados da história de nossas relações com os Estados Unidos. Então, já se argumentava com os perigos da expansão norte-americana, dominada pela tese do "destino manifesto", da superioridade de uma nação que deslocava a fronteira terrestre sem cessar e vislumbrava outras fronteiras no mar distante, uma fronteira transcontinental.

Nos princípios do século XIX, o governante brasileiro da Guiana Francêsa, que ocupávamos desde 1808, o Marquês de Queluz, dirigindo-se a D. João para sugerir a incorporação das outras Guianas, que passariam a compor um Estado vassalo da Monarquia portuguêsa, predissera a importância da nação do norte, com a qual deveríamos formar uma frente de interêsses, uma vez que seríamos as duas fôrças disciplinadoras da vida das Américas. O Estado vassalo funcionaria como Estado tampão. Porque se impunha, desde logo, a precaução de evitar a descida do Norte, que crescia, sôbre o Sul.

No decorrer do conflito, a propósito da abertura do Amazonas à navegação mundial, defendida pelos Estados Unidos, que alegavam os interêsses da humanidade, o ministro brasileiro em Washington, o conselheiro Sérgio Teixeira de Macêdo, procurara abrir os olhos dos nossos homens de estado. Prevenira-os dos perigos que rondavam a região. Examinara a posição dos Estados Unidos, a fôrça de seu expansionismo e o apetite que manifestavam sôbre as terras do extremo-norte do Brasil, onde o Brasil se mostrava incapaz de atuar para dar-lhe a dignidade de área vitalizada e possuída efetivamente para os interêsses da civilização e do bem-estar humano.

O "Bolivian Sindicate" constituía, portanto, um perigo que precisava ser enfrentado. Através de sua ação, poderíamos acordar com a surprêsa da secessão. As nossas resistências cívicas talvez não fossem bastante para opor-se às seduções do capital. Na Amazônia, vivia-se a aventura da borracha, que provocaria futuras e tremendas desilusões. O Sindicato armara-se de poderes e de competência que se confundiam com as de uma soberania nacional — lançava e cobrava impostos, colonizava, organizava e fazia funcionar o mecanismo administrativo, mantinha polícia, fôrça naval e, por fim, realizava tôdas

as operações de compra e venda. O Itamaraty estava avisado dos perigos que se escondiam no bôjo do Sindicato. O ministro do Brasil, em Washington, o Sr. Assis Brasil, cuja atuação admirável no episódio só agora conhecemos em detalhes graças às investigações do Sr. Leandro Tocantins, no livro magnífico de pesquisa e de revelação histórica que é "Formação histórica do Acre", que prefaciei e editei na Coleção "Temas Brasileiros" que a Editôra Conquista lançou e dirijo, o Sr. Assis Brasil, dizia, alertou o Ministério. E entrara em atividade junto à chancelaria norte-americana para evitar que ela se comprometesse no apoio aos capitalistas do "Bolivian Sindicate". Então, o ambiente era ali francamente favorável à orientação que a Bolívia estava dando ao caso acreano. Os interêsses norte-americanos fundiam-se, sob certo amparo oficial, com os interêsses dos outros capitalistas do Sindicato. A inversão parecia um grande negócio. O Secretário de Estado, Hay, via-o com os melhores olhos. Não será demais afirmar que defendia e o incorporara aos seus propósitos como executor da política externa de seu país e muito de acôrdo com a sensibilidade por que tais matérias eram compreendidas nas esferas governamentais.

Rio Branco ainda na Alemanha, como Ministro, conseguira a desistência dos capitalistas alemães, solicitados a participar da operação. Estudara a questão nas suas linhas mais visíveis. Entendera que cabia uma solução pacífica, na base de um ajuste direto com a Bolívia: O tratado de 1867, Tratado de Ayacucho, que na Bolívia provocara tanta celeuma, pois muitos o entenderam uma capitulação em face do Império, vinha sendo interpretado, no Ministério do Exterior, com uma liberalidade que seria prejudicial aos brasileiros que faziam o Acre.

Rio Branco achava, ainda em Berlim, que se impunha a mudança de comportamento. Deveríamos sustentar outras posições, mais de acôrdo com a realidade geográfica e a esplêndida realidade sócio-econômica da emprêsa acreana, que recordava o sertanismo colonial no heroismo e na dramaticidade de seus realizadores.

Na Bolívia, cujos títulos sôbre o Acre eram contestados num pleito ruidoso pelo Peru, o "affaire" acreano provocava a sensibilidade nacional. Uma série de desastres políticos e militares, com reflexos imensos, na vida interna do país e nas perspectivas econômicas que o Acre prometera, vinha criando o clima de insegurança para o próprio govêrno. A legação brasileira estava a cargo de um diplomata ativo, prudente e consciente dos seus deveres, o Sr. Eduardo Lisbôa, que se movia desde há muito no

sentido de evitar o aumento da crise sem, todavia, o descesso do Brasil. Rio Branco medira a extensão e a gravidade do assunto e do momento histórico. Era a sua grande entrada na história da vida político-administrativa do Brasil. Colocou então o problema na seguinte linha de solução — eliminar o "Bolivian Sindicate" do cenário e negociação direta com a Bolívia tendo em vista, agora, a interpretação realística do Tratado de Ayacucho. O Presidente Rodrigues Alves concordou com a orientação. Em instruções aos banqueiros Rotschilds, de Londres, Rio Branco ordenou-lhes que se entendessem com os homens do Sindicato para comprar-lhes a desistência, sob forma de indenização. E em entendimento verbal com o Ministro Pinilha, comunicou-lhe a nova posição que assumíramos na maneira de interpretar o diploma de 1867.

A indenização foi afinal aceita — pagamos 110.000 libras esterlinas. Quando aos contactos com o govêrno boliviano, ora por intermédio do Ministro Cláudio Pinilha, no Rio, ora por intermédio do Ministro Eduardo Lisbôa, em La Paz, se foram processando com relativa rapidez. É que, ao insucesso das armas bolivianas no Acre e aos êxitos sensacionais dos revolucionários, sob o comando de Plácido de Castro, um gaúcho que se integrara admiràvelmente na vida áspera da Amazônia e motivado pela causa se fizera o condutor do exército de seringueiros, a Bolívia decidira agir com energia. O Presidente Manuel Pando puzera-se à frente de uma divisão do exército e marchara para a guerra aberta. Rio Branco mostrou a conveniência de evitar-se o choque. O Brasil não estava indiferente à sorte dos que combatiam no Acre. Procedera á movimentação de fôrças do exército e de unidades da marinha, numa demonstração de que estava disposto à guerra se assim fôsse preciso. Aos poucos o horizonte se foi desanuviando. Rio Branco, sem ímpetos, cordial mas com firmeza, conseguiu a reflexão sensata da Bolívia. O Acre nunca seria um domínio manso e útil daquele país. As populações brasileiras não se conformariam com a sujeição ao estrangeiro. Assinou-se um "modus-vivendi", pelo qual fôrças do exército brasileiro ocupariam o território litigioso. Viriam, depois, as negociações que terminaram com o Tratado de Petrópolis, de 1903. O Acre integrava-se em definitivo ao Brasil. Na condição de território, figura nova na geografia política, na nossa terminologia jurídica e como fórmula constitucional. Na discussão da Constituição Imperial, em 1823, pensara-se na condição legal de território para as antigas Capitanias da segunda ordem, aquelas ainda sem condições para a graduação em Províncias do Império. A novidade agora fôra sugerida de Washington a Rio

Branco por Assis Brasil, sempre atento ao assunto, que o apaixonara até quase um agastamento com o Chanceler. A crônica de todo êsse processo histórico está feita, nas minúcias, pelo Sr. Leandro Tocantins. Não caberia nesta hora de homenagem à memória do Barão.

O caso acreano não estava encerrado. Findara o litígio com a Bolívia. Entrara em cena agora o litígio com o Perú, menos dramático, mas muito mais difícil. Os peruanos diziam-se esbulhados na ocupação do alto Purús e do alto Juruá. Seus caucheiros, descritos com tanta felicidade por Euclides da Cunha, na faina destrutiva que lhes caracterizava o comportamento, penetravam ali, raziando com os indígenas e com os brasileiros que procuravam os manadeiros das duas bacias. Por fim, haviam instalado repartições fiscais e postos militares, que expressariam os propósitos de exercer soberania. A diplomacia peruana, assinado o Tratado de Petrópolis, começara a manifestar-se, alegando-lhe invalidez. As negociações Brasil-Perú datavam da quarta década do século XIX, quando Ponte Ribeiro, o admirável e sempre a ser lembrado e louvado Ponte Ribeiro, tentou a primeira solução. Os peruanos pleiteavam uma fronteira que atingisse o Madeira, justamente onde a Bolívia e o Brasil se haviam entendido no diploma de 17 de novembro de 1903. Rio Branco, no decorrer das negociações com a Bolívia, recusara a participação do Peru, para evitar maiores dificuldades. Os incidentes entre brasileiros e peruanos amiudando-se, exigiam ação pronta e decisiva. Era chegado o momento de conversar, com o Perú, de maneira mais positiva.

O Acre, organizado sob forma de território, fôra dividido em três Prefeituras — Alto Acre, Alto Purús e Alto Juruá. Rio Branco, enquanto discutia com o Ministro peruano Hernan Valarde, procurava criar ambiente nos países que litigiavam com o Peru — a Bolívia e o Equador, ambiente que lograra conquistar para a emergência de uma disputa mais séria. E com tal propósito, firmou, com o Ministro equatoriano Carlos Solar, um tratado secreto, (5 de maio de 1904) pelo qual as duas nações reagiriam, em ação combinada, militarmente, á agressão peruana, do mesmo modo por que combinariam a sua ação diplomática para uma solução feliz e tranqüila dos problemas de limites em que ambos disputavam com o Peru.

A guerra de operações militares não se registrou. Mas a guerra dos boatos, a guerra fria de nossos dias, essa teceu-se sem limites, com intensidade, provocando o nervosismo. Falava-se em tratado secreto entre o Peru e os Estados Unidos. Murmurava-se, a propósito de preparativos bélicos no Brasil. No

Peru, mobilizava-se a opinião pública e faziam-se arranjos para um passeio militar sôbre o Estado do Amazonas. Em Manaus, conquistada pelas armas peruanas, seria ditada a paz do Brasil, nos têrmos que conviessem ao Peru. De real, o que havia era a seqüência dos conflitos entre brasileiros e peruanos, no Purús e no Juruá, conflitos de que já não participavam apenas seringueiros e caucheiros, mas fôrças regulares dos dois países.

O Brasil decidiu então dar uma demonstração de fôrça. De Manaus partiram fortes destacamentos do exército para o Purys e para o Juruá. De seu lado, o Barão fazia constar, no exterior, que o Chile e o Equador pareciam inclinados a aproveitar a oportunidade para ajustar suas diferenças com o Peru. E proibia a passagem de material de guerra do Peru, para seus territórios amazônicos, pela via brasileira. As notas peruanas, refletindo o estado de espírito agitadiço, dominante, agravavam a situação. Rio Branco preparou-se para a melhor.

O Tratado de 10 de novembro de 1891, entre o Brasil e o Peru, regulatório das relações de comércio e navegação, foi denunciado. A mudança de gabinete no Peru, autorizou a mudança de posição. O Sr. Alberto Elman, nôvo Ministro do Exterior, compreendendo a inconveniência da política que seguia seu antecessor, mostrou-se cordato. Os entendimentos processaram-se sem mais delongas e com espírito menos carregado. A 12 de julho de 1904, o Ministro Hernan Valarde e o Barão assinaram um "modus vivendi".

As negociações posteriores para o tratado definitivo não se desenvolveram, todavia, com facilidade. A intransigência peruana decorria do fato de seu nôvo govêrno ser exercido pelo antigo Ministro do Exterior, o Sr. José Pardo, justamente aquêle estadista que levara ao climax a questão, prenunciando conflito de maiores proporções. Um pequeno combate, travado na bôca do Amonea, entre fôrças regulares peruanas e brasileiras, a 4 de novembro, deram a impressão imediatista de agravamento da situação. O ministro peruano, Buenaventura Seoane, criara dificuldades. Rio Branco pediu o seu afastamento. O pleito mostrou-se sem perspectivas de fim próximo. Com o regresso do Ministro Valarde ao seu pôsto junto ao nosso govêrno, e a manutenção de Rio Branco na pasta do exterior, no período Afonso Pena, a solução chegaria. Bolívia e Peru, em face do laudo argentino sôbre o litígio que separava as duas Repúblicas, criavam, no continente, um clima de apreensão. Rio Branco, prudentemente, não quis intervir. Trabalhou, no entanto, no sentido de acomodar a solução, sugerindo um procedimento em que os três saíssem bem. Foi aceita a fórmula. O Peru, a essa

altura, procurava o Brasil para a conciliação, na base de uma transação. A 12 de setembro de 1909, firmava-se o Tratado de Limites, Comércio e Navegação. Rio Branco ganhava mais uma vez. Firmara tratado também com o Equador, com o Colômbia, com o govêrno holandês a propósito da Guiana ,protocolos com a Venezuela, complementares do tratado de 1859, e por fim aceitaria o laudo injusto, proferido pelo árbitro italiano, na questão com a Guiana Britânica. Realizava, assim, uma ampla política na área amazônica, que defendera para a soberania brasileira, enriquecendo-a no Acre. Era essa uma orientação nova. Até então, o Brasil realizara uma política atlântica e uma política platina. Agora, completava a sua ação, com a política amazônica.

*
* *

É preciso registrar que todo êsse longo batalhar do Barão, que terminava no sucesso, não se cobrira, no plano interno, do aplauso unânime. Seus desafetos, os que lhe ambicionavam o pôsto, os que não encontravam guarida em suas pretensões, negavam a excelência do seu trabalho. Nos episódios de Bolívia e do Peru, para essas vozes negativas, o Brasil saíra perdendo e os beneficiários eram os outros. Também assim se dissera, contra Alexandre de Gusmão, a propósito do Tratado de Madri, que é o ponto de partida para a legitimação de nosso quadro físico-territorial. Naquêle diploma, traíra-se Portugal e, assim sendo, o Brasil de amanhã, portanto o Brasil de hoje. E no entanto, a verdade não é tão outra?

Olavo Bilac, falando em nome do povo, na manifestação feita logo após a assinatura do Tratado de Petrópolis, dissera:

> "Paranhos do Rio Branco! Abençoado seja o teu cérebro, porque a tua inteligência restituiu ao Brasil os brasileiros que estavam sem pátria"!
> "Abençoado seja a tua mão, porque ela teve a fortuna de assinar, três vêzes, os tratados que salvaram e mantiveram a integridade do solo brasileiro".

Vai longe esta notícia sem pretensões sôbre a passagem do Barão pela direção dos negócios exteriores do Brasil. Essa passagem não se restringiu aos êxitos nas questões de limites. Tôda uma política sensata, objetiva, êle a pretendeu realizar. Chamou, para seus colaboradores, uma geração nova, sem ignorar

a geração velha, pelo menos aquela em que encontrou disposição para ajustar-se aos tempos novos que imaginara.

No tocante às nossas relações com os Estados Unidos, fortificou-as, elevando a Legação à categoria de Embaixada. Os Estados Unidos eram o nosso grande mercado para o café. Ademais, a grande nação com a qual o Brasil devia manter-se em contacto mais amiudado na preservação das coisas do continente. O Brasil via os Estados Unidos com olhos de ver — nos defeitos e nas qualidades que significavam amizade e perigos. No particular do Uruguai e da Argentina, e aí voltavam os aspectos graves da política platina: evitou o conflito provocado por Estanislau Zeballos, com a publicação dos códigos de cifras do Itamarati, com o que desfez a trama do telegrama n.º 9; pôs fim ao litígio da Cisplatina com o condomínio sôbre a lagôa Mirim e o rio Jaguarão.

O panamericanismo encontrou, em seus gestos, nas palavras que dirigira à Terceira Conferência Internacional Americana reunida no Rio de Janeiro, nas instruções que expedia ao nosso corpo diplomático acreditado no continente, nas suas manifestações permanentes, uma constante admirável. Não o aplaudia. Realizava-o através de sua política, em que procurava projetar o Brasil sem diminuir os que conflitavam conosco. Anti-imperialista, não nos podia conceber na política de atos que refletiam imperialismo. Tampouco, apesar de quanto se lhe atribuiu, se mostrou um militarista. Sua admiração pela história militar ligara-o à caserna. Freqüentava os militares. Desejava que o Brasil estivesse sempre em condições de fazer valer os seus direitos e os princípios que defendia. Um Brasil potencialmente forte, a fim de poder, no campo diplomático, encontrar a repercussão para a sua conduta, era o seu pensamento, que não agasalhava qualquer sentimento anticivilista.

Na movimentação incessante a serviço do Brasil, o Barão cançou. Piorou o seu estado de saúde, que já inspirava certos cuidados quando chegara para assumir a pasta. O episódio, triste episódio do bombardeio da capital baiana, levou-o ao pedido de demissão. O presidente, que o mantivera no Ministério, Marechal Hermes da Fonseca, não aceitou a renúncia. Fêz-lhe mesmo um apêlo dramático (19 de janeiro de 1912). O Marechal disse-lhe — "Se o senhor sair, eu também renuncio". Mas já era tarde. A 8 de fevereiro, uma crise renal prostrara-o. A crise intensificou-se. Álvaro Lins escreveu — "Ao sabê-lo em agonia, os funcionários do Itamarati manifestaram o desejo de ver o Barão pela última vez. Uma cena

comovente: todos em fila ,desde os mais graduados até o mais humilde, passaram diante da cama e procuravam fixar, numa derradeira visão, a fisionomia do moribundo". Eram 9 horas e dez minutos de 10 de fevereiro — o Barão cerrava os olhos. O Brasil perdia o seu grande filho, também glória da América.

*
* *

Nenhum povo pode viver sem os seus homens-símbolos. As multidões constroem a pátria no esfôrço anônimo de todos os dias, dando-lhes o poderio econômico e a segurança de sua continuidade no tempo. Mas as multidões carecem sempre da inteligência, da energia pragmática, que a domina, que a possua e que a conduza. Essa inteligência e essa energia realizadoras, servindo ao coletivo, impondo-se pela ação criadora, singularizada pela aceitação popular, pelo estado de consciência que movimenta, pelo entusiasmo que provoca, pela emprêsa material e espiritual a que consegue dar uma estrutura, pela mística que desperta, pela própria negação que provoca.

Na história brasileira do período republicano, encontro nomes que polarizam o país — Floriano Peixoto, Ruy Barbosa, Getúlio Vargas e Rio Branco, o Barão. Cada um, em momento determinado, exerceu o seu papel, provocando a admiração e a reserva, na confomidade do conceito que autorizavam acêrca dos respectivos procedimentos. Sob os rigores e os ardores do aplauso imoderado ou sob o calor da crítica demolidora dos que os negaram, combateram e pretenderam destruí-los, todos exerceram a sua função com sua presença intensa e extensa. O Barão falou às gerações que findaram, às que as substituíram e às que nasciam. No litoral e nos sertões, foi a figura imaculada aos olhos de todos. Discutido, enchia-nos de orgulho. Satisfazia-nos a vaidade, sabendo-o vencedor no jugo difícil da política internacional. Na fronteira boliviana-brasileira, por exemplo, os daquela região dividiam-se na estima, no orgulho e no desaprêço. Os brasileiros viam nêle a figura tutelar que dera cobertura político-militar ao esfôrço dos acreanos. As folhinhas traziam, invariàvelmente, o retrato do Barão, que servia para dar dignidade maior àqueles lares humildes mas heróicos. Os bolivianos que, pela condição geográfica, deviam partilhar conosco a vida econômica, tendo a mesma folhinha que lhes era remetida de Belém ou Manaus, pelas casas "aviadoras", do comércio de borracha, cobriam o retrato do Barão, que detestavam e consideravam o homem pernicioso aos inte-

rêsses de sua pátria. Na riqueza de conteúdo do episódio, estavam bem claras e definidas as dimensões do homem — estadista providencial, que falara à consciência de seu povo; símbolo do imperialismo que, aos olhos dos outros, estávamos continuando a fazer funcionar, como herdeiros dos portuguêses de XVI a XVIII. Êsse o Barão do Rio Branco, cuja memória reverenciamos em tôdas as horas de contrição cívica. A vida, que viveu, realizou-a em função do Brasil e pelo Brasil. Servira à sua soberania, à sua continuidade, à sua segurança, à potencialidade para que caminhamos.

BIBLIOGRAFIA

LUIZ VIANA FILHO — A vida do Barão do Rio Branco. Rio, 1959.

FRANCISCO VENANCIO FILHO — Rio Branco e Euclides da Cunha. Rio, 1969.

ALUISIO NAPOLEÃO — Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Rio, 1945.

AMERICO JACOBINA LACOMBE — Rio Branco e Rui Barbosa. Rio, s/d.

LIDIA BESSOUCHET — Rio Branco e as relações entre o Brasil e a Argentina. Rio, 1949.

ALVARO LINS — Rio Branco. São Paulo, 1965.

RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA — O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil. Rio, 1946.

DUNSHEE DE ABRANCHES — Rio Branco e a Política Exterior do Brasil. Rio, 1945.

RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE — Rio Branco e Gastão da Cunha. Rio, 1953.

PANDIÁ CALOGERAS — Rio Branco e a Política Exterior. Rio, 1916.

A. G. DE ARAUJO JORGE — Introdução às Obras do Barão do Rio Branco. Rio, 1945.

HELIO LOBO — De Monroe a Rio Branco. Rio, 1912.

ALUIZIO NAPOLEÃO — O Segundo Rio Branco. Rio, 1940.

PAULO DO RIO BRANCO — Reminiscências do Barão do Rio Branco. Rio, 1942.

LEANDRO TOCANTINS — Acre, Rio Branco e Espírito Luso. Rio, 1962.

LEANDRO TOCANTINS — Formação Histórica do Acre. Rio, 1961.

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO — Rio, 1945/48.

E. BRADFORD BURNS — Rio Branco e sua política externa. São Paulo, 1964.

TEIXEIRA SOARES — Rio Branco e a Diplomacia Brasileira. Pôrto Alegre, 1946.

Gráfica T U P Y Ltda.
Editôra
Barão S. Felix, 42 - Rio

Telefone : 243-7494

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM